

## ***Viral Justice, nem distopia, nem utopia: nós-topia***

*Viral Justice, not dystopia, or utopia, but wetopia*

Ana Cláudia Barbosa

(<https://orcid.org/0000-0003-0046-7455>)<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Rio de Janeiro RJ Brasil.

Ruha Benjamin, professora de Estudos Afro-Americanos da Universidade de Princeton, Estados Unidos, escreveu *Viral Justice*<sup>1</sup> durante a pandemia de COVID-19 e a crescente violência policial contra negros. Aborda as escolhas diárias que fazemos nas interações sociais que, somadas às políticas públicas, promovem justiça social. No livro, a autora mescla sua biografia como mulher que vem de “muitos Sul’s”<sup>1</sup> (p. 17) e exemplos de organizações da sociedade civil para mostrar que pequenas mudanças nas relações sociais podem ser tão “virais” quanto o SARS-CoV-2 e levar à equidade. Se algo invisível (o vírus) alastrou-se através do contato entre as pessoas, nossas atitudes também podem transformar relações e comunidades. Coaduna-se à ideia de Horton<sup>2</sup> sobre uma demanda de ações colaborativas entre países para minorar o impacto da pandemia, cultivar sociedades mais inteligentes e gentis, considerando a necessidade não só da vacina biológica, mas de uma “vacina social”, metáfora de mudança na “orientação biomédica dominante do setor saúde”<sup>2</sup> (p. 1057).

O livro é composto por: 1. Nota da autora; 2. Introdução; 3. Sete capítulos temáticos; 4. Agradecimentos; 5. Notas Finais; 6. Índice remissivo.

Na introdução (“The White House”), apresenta as origens do termo “justiça viral” e o propósito do livro. Pelo bem coletivo, importa estarmos precavidos/os sobre a possibilidade individualista de termos “liberdade” para não se importar. Considera incontestável a interdependência entre todos os seres vivos, processo em que forjamos padrões e práticas que podem curar ou ferir. Quanto ao racismo, julga-o um vírus que, como o SARS-CoV-2, pode matar, sendo preciso encará-lo não isoladamente, mas como algo sistêmico, conectado, construído e evitável – uma série de escolhas. “O que somos em pequena escala é como somos em larga escala... nossas práticas cotidianas definem um padrão para todo o sistema”, sem que ele seja algo “separado das decisões e ações humanas do dia a dia...”<sup>1</sup> (p. 20-21).

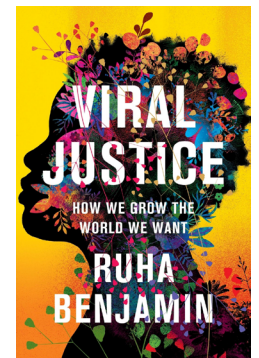
No capítulo 1 (“Weather”), a autora fala do ambiente antinegro, da estressante e constante necessidade de a pessoa negra estar atenta e preparada para

um ato racista, e do quanto esse clima hostil corrói sua saúde. Viver sob a égide do racismo é determinante para piores desfechos em saúde, posto que a população negra incorpora estressores que causam doenças preveníveis e morte prematura, mas nem sempre os danos são tangíveis. A autora sugere uma “mudança climática” na estrutura social, modificando nossa cultura, e a nós mesmos: “Vivemos em um jogo mortal e a regra é que haja ganhadores e perdedores. O racismo reforça esta regra. [...] Em vez de querermos mais ganhadores, devemos parar de jogar”<sup>1</sup> (p. 51).

O capítulo dois (“Hunted”) trata do policiamento e do encarceramento em massa da população negra, resgatando o período escravocrata, em que negros e negras eram literalmente *caçados*, e como esta prática reverbera nas condutas policiais/judiciais atuais. E o quanto ser criminalizado é condição adversa para toda uma comunidade, pois “mesmo quando não somos a presa, nos sentimos caçados”<sup>1</sup> (p. 63). Propõe que possamos criar estruturas que abriguem e eduquem, em vez de penalizar e matar, que o controle social defina a destinação de recursos orçamentários e que estes sirvam à comunidade. Alerta para as “tecnologias racializadas”, como o uso de reconhecimento facial na segurança pública, reproduzindo a ocupação colonial, pondo a tecnologia a favor do exercício de soberania e capacidade de determinar quem pode viver e quem pode morrer<sup>3</sup>.

No capítulo três (“Lies”) o tema é: espaços de aprendizagem servem a um sistema antinegro e antiminorias ou buscam reverter o *status quo*? O título “Mentiras” vem da assunção de que o sistema educacional não é um equalizador de determinantes estruturais das desigualdades e a meritocracia é um mito. Em suas palavras, ao encobrir a verdadeira história e o legado desta, é como se diariamente perguntássemos “O que pretendemos *não* saber hoje?”. Discorre particularmente sobre a eugenia, marcante nas sociedades em que houve escravização do povo africano e que ainda sustenta “ideologias e normas dominantes, onde somente os que se ‘encaixam’ devem sobreviver”<sup>1</sup> (p. 110). No Brasil, uma história foi por muito tempo contada de forma enviesada: a da cordialidade entre as três raças que nos formaram, sob o mito da democracia racial. Entender como a miscigenação esteve a serviço da eugenia é fundamental na compreensão de como chegamos às desigualdades atuais.

O capítulo quatro (“Grind”) traz o mundo do trabalho como tema, e como algumas atividades desumanizam o cidadão, que acaba “moído” pelas ideias de flexibilidade, autonomia, empreendedorismo. Aponta para a histórica diferença entre brancos e não-brancos – negros, indígenas e latinos – no



questo renda e na ocupação de postos de trabalho. Explora o conceito de *gig economy*, do trabalho baseado em aplicativos de plataformas online, sempre temporário, sem vínculos formais, e que na pandemia foram considerados *essenciais*. Este aumento à exposição ao risco da COVID-19 foi quase uma “imposição” da estrutura social, em um modelo socioeconômico neoliberal que produz iniquidades, núcleo central das determinações que levam às desigualdades (acumulação, consumo, propriedade...). Breilh<sup>4</sup> elucida não ser possível pensar em qualquer situação de desvantagem social sem pensar nos modos de produção, que se desdobram nas relações de trabalho.

O capítulo cinco (“Exposed”) toma como foco a saúde, particularmente o suporte obstétrico. A autora afirma que vulnerabilidade não é fraqueza, em algum momento da vida estaremos vulneráveis; porém, isso não deve nos tornar expostos/os a um sistema de saúde que prioriza a tecnologia, e não o cuidado. Compara o sistema de saúde cubano e o estadunidense, e o dever de o último aprender com o primeiro que saúde não é uma mercadoria, mas um direito, um bem comum. Considera um sistema de saúde universal uma das formas de viralizar justiça. Discute o quanto a população negra é exposta na busca pelo atendimento em saúde, do quanto o *racismo* (e não *raça*) é fator de risco à saúde, e a necessidade de os profissionais de saúde perceberem isso e agirem para derruir práticas racistas<sup>1</sup> (p. 193). Borret *et al.*<sup>5</sup> cunham o termo *cuidado em saúde antirracista*, propondo que este seja de fato integral, considerando o racismo parcela constituinte da subjetividade de negras/os.

No capítulo seis (“Trust”) o tema é a violência científica. “Grupos racializados são valorizados enquanto sujeitos de pesquisa e desvalorizados como pacientes”<sup>1</sup> (p. 227). Traz como exemplos as cirurgias ginecológicas feitas sem anestesia em mulheres escravizadas por J.M. Sims, “pai da ginecologia moderna”; as células de Henrietta Lacks na Universidade Johns Hopkins; a desconfiança da população negra em relação à vacina, pelo

histórico abuso de seus corpos. Aponta saídas, como maior participação comunitária nas pesquisas científicas e o fim do epistemicídio sobre os conhecimentos em saúde trazidos por negros escravizados.

No capítulo sete (“La Casa Azul”), a autora conclui o livro reforçando algumas das ideias que basearam a construção do que chama de *viral justice* e o chamado para “semearmos” um mundo diferente. Por vezes, a ideia de uma ação individual frente a problemas que são estruturais pode parecer insuficiente, ou reflexo de uma sociedade individualista. Todavia, ao citar organizações de luta por direitos civis que começaram com iniciativas individuais e ganharam repercussão para todo um segmento, ratifica sua teoria.

As vivências e desafios dos corpos negros estadunidenses são semelhantes aos dos brasileiros. Por aqui também é preciso pensar em iniquidades e possibilidades de relações mais justas na micropolítica cotidiana. Recomenda-se a quem quiser compreender o racismo e pensar soluções, em especial trabalhadoras/es da educação e da saúde, por protagonizarmos trocas interpessoais contínuas onde fazemos pequenas escolhas: pela iniquidade ou pela justiça.

## Referências

1. Benjamin R. *Viral justice: how we grow the world we want*. New Jersey: Princeton University Press; 2022.
2. Horton R. Offline: reasons for hope. *Lancet* 2020; 396(10257):1057.
3. Mbembe A. Necropolítica. *Arte e ensaios* 2016; 32:123-151.
4. Breilh J. Una perspectiva emancipadora de la investigación y acción, basada en la determinación social de la salud. En: Asociación Latinoamericana de Medicina Social. *Taller latinoamericano sobre determinantes sociales de la salud: documento para la discusión*. México, DF: Alames; 2008. p. 1-16.
5. Borret RH, Araujo DHS, Belford PS, Oliveira DOPS, Vieira RC, Teixeira DS. Reflexões para uma prática em saúde antirracista. *Rev Bras Educ Med* 2020; 44(Supl. 1):e148.